

## RESENHAS

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro, Polis/Vozes, 1984. 288p.

Temos aí um lançamento que certamente interessará aos estudiosos diretamente envolvidos com a temática e, também, ao cidadão brasileiro atento aos problemas nacionais e preocupado com os rumos obscuros da nossa economia, na atual crise institucional que vivemos. Com esta obra, Guido Mantega registra a primeira tentativa de sistematização do pensamento econômico brasileiro, mediante análise criteriosa da emergência das correntes acadêmicas que pontificaram nas décadas de 50 e 60.

Embora se trate da versão modificada de sua tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, o texto impressiona pela clareza e concisão, livre de jargões e construções complexas que tornam o discurso científico enfadonho e inacessível ao público não especializado. Entretanto, não perde a seriedade e rigor metodológico indispensáveis numa obra dessa natureza. Tanto assim que a análise dos diversos paradigmas é feita dentro de critérios, onde se busca a sua coerência teórica, poder de explicação, evidências empíricas e possibilidades de alternativas em face do desenvolvimento capitalista do país.

Logo na introdução, o autor explica que não pretende fazer a análise completa da economia política brasileira, delimitando o seu objetivo em reconstituir, apenas, a primeira fase que se inicia na década de 50 e prevalece nos anos 60. Contudo, remonta os antecedentes, localizando as origens do pensamento nacional-desenvolvimentista na década de 40, fortemente inspirado nos pressupostos Keinesianos de intervenção estatal, em oposição ao liberalismo clássico. A polêmica entre liberalismo e intervencionismo foi sustentada no Brasil por Eugênio Gudim e Roberto Simonsen, este último defendendo a intervenção do Estado para planejar o desenvol-

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 1(2):285-295, maio/agosto 1984

vimento. Mas o desenvolvimento de Simonsen, como mostra o autor, ainda estava restrito a modificações de ordem econômica sem transformar as instituições políticas, preservando a aliança da burguesia industrial com a oligarquia agro-exportadora. A CEPAL viria dar mais consistência ao desenvolvimento, superando as definições conservadoras da velha economia "ao fornecer um conjunto de hipóteses e idéias bem articuladas concernentes a uma situação específica no contexto capitalista mundial, qual seja, a periferia atrasada ou subdesenvolvida, distinguindo-as dos centros capitalistas desenvolvidos" (p. 44).

Tendo como moldura o pensamento cepalino, surge em 1950 o Modelo de Substituição de Importações que Mantega considera o marco pioneiro da representação econômica brasileira em bases conceituais mais complexas e abrangentes. Dentro desta perspectiva, Celso Furtado e Ignácio Rangel interpretam a evolução capitalista no Brasil, o primeiro caracterizando a transição do sistema agromercantil cafeeiro para a acumulação urbano-industrial, além de esboçar as bases da dialética de desenvolvimento. Rangel, privilegiando nas suas análises a ação dos monopólios e oligopólios de comercialização dos produtos agrícolas que, aliados ao latifúndio feudal, seriam os principais responsáveis pelas dificuldades do capitalismo brasileiro.

Merece destaque, também, a análise sobre os "herdeiros do Modelo de Substituição de Importações" (Maria da Conceição Tavares, Paul Singer e Luiz Carlos Bresser Pereira) que tiveram uma contribuição valiosa para o aperfeiçoamento do modelo mas que, ainda na década de 60, superaram-no com novas propostas analíticas.

Mantega aponta como principal falha do Modelo de Substituição de Importações a equivocada concepção sobre a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista e suas leis de acumulação. Isso teria levado os seus ideólogos a diagnosticarem a estagnação da economia brasileira quando, na realidade, ela experimentaria, a partir de 1968, crescimentos do Produto Interno Bruto superiores a 10%, a despeito da concentração de renda e achatamento salarial verificados na década.

Muito elucidativa é a explicação das raízes do pensamento econômico marxista brasileiro inserida no terceiro capítulo. Aqui se distinguem duas vertentes inspiradas na obra de Marx que deram origem a dois modelos: o "democrático burguês" e o do "subdesenvolvimento do capitalismo". O modelo Democrático Burguês, que tem como principais teóricos Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, respalda-se nas análises de Lenin sobre a Rússia czarista de 1905 e nas teses da III

Internacional Socialista para os países colonizados. Ressalvado o aspecto político, ele tem muitos pontos em comum com o Modelo de Substituição de Importações, principalmente no que respeita à estratégia de industrialização do país, como acentua Mantega. Entretanto, é merecedor de severas críticas pelo seu anacronismo ao trabalhar com categorias do modo de produção feudal que, a rigor, não aconteceu no Brasil, e por creditar simplesmente a essa “estrutura feudal”, aliada ao imperialismo, os males do nosso subdesenvolvimento.

O Modelo do Subdesenvolvimento Capitalista, inspirado nas teses da IV Internacional e na concepção Trotskista da revolução permanente, tem como principais artífices Caio Prado Júnior e Rui Mauro Marini, que coincidem em muitos pontos com o pensamento da “nova esquerda” americana liderada por Baran, Frank, Sweezy e Huberman. Para essa corrente o subdesenvolvimento dos países periféricos “é uma criação e constante recriação do sistema capitalista mundial, e não um estágio pré-capitalista pelo qual já passaram os países avançados da atualidade” (p. 219). Este modelo é criticado por Mantega nas teses principais que constituem o seu arcabouço teórico: intercâmbio desigual entre economias centrais e periféricas, superexploração do trabalho e exportação de mais valia, e subimperialismo. Para tanto, ele se vale dos argumentos usados por José Serra e Fernando Henrique Cardoso que, anteriormente, criticaram Marini em “As desventuras da dialética da dependência”. O leitor interessado poderá encontrar pormenores dessa polêmica na Revista Mexicana de Sociologia vol. 15, de 1978 (número extraordinário) que publica, inclusive a réplica de Marini, “As razões do neodesenvolvimentismo”, onde ele refuta veementemente os seus críticos.

Apesar do livro agradar muito, faz falta uma análise do pensamento conservador que arquitetou o chamado Modelo Econômico Brasileiro. O mesmo se pode dizer em relação à teoria da dependência, que constitui uma importante vertente do pensamento de esquerda no Brasil. O autor justifica que essas idéias só foram teorizadas de modo mais sistemático na década de 70, fora, portanto, do horizonte de abrangência dessa obra. Paul Singer foi menos generoso em relação ao Modelo Econômico Brasileiro ao debater a economia brasileira pós 64 (Debate & Crítica (4): 1-21, 1974). Para ele, a economia brasileira não se reestruturou em novo modelo. O que realmente caracterizaria o paradigma econômico do Brasil pós 64 seriam traços identificados por qualquer estudante nos livros textos do modelo clássico do capitalismo: “um mercado de trabalho com poucas imperfeições, a eutanásia da pequena empresa no altar da eficiência e uma industrialização sensível à lei do consumo internacional”.

Enfim, a importância deste livro deve ser realçada não apenas pela originalidade do tratamento temático, que preenche uma lacuna no nosso mercado editorial, mas, principalmente, pela maestria com que Mantega sistematiza e analisa as correntes mais expressivas do pensamento econômico brasileiro. Sua postura científica se acentua nos momentos cruciais de sua crítica quando trafega com naturalidade e precisão do nível conceitual para o nível empírico, revelando uma competência que o faz merecedor do respeito, inclusive, daqueles que eventualmente venham discordar dos seus posicionamentos.

Cyro Mascarenhas Rodrigues  
EMBRAPA-DDT